

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Trajetórias tecnológicas tradicionais, novas territorialidades e desenvolvimento regional por meio de políticas em c&t.

Márcio Carneiro dos Reis y Marcelo Maciel Maia.

Cita:

Márcio Carneiro dos Reis y Marcelo Maciel Maia (2009). *Trajetórias tecnológicas tradicionais, novas territorialidades e desenvolvimento regional por meio de políticas em c&t. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/21>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Trajetórias tecnológicas tradicionais, novas territorialidades e desenvolvimento regional por meio de políticas em c&t

Márcio Carneiro dos Reis
FEAD-MINAS / SECTES-MG
marcio@task.com.br

Marcelo Maciel Maia
SECTES-MG
macielmaia@terra.com.br

I – Introdução

As políticas em Ciência e Tecnologia vêm tentando promover inovações com vistas ao aumento do poder concorrencial de empresas, regiões e países, considerando os mercados globalizados. A Economia como ciência, que oferece suporte àquelas políticas, em grande medida tem se estruturado de forma a demonstrar a proposição de que “vícios privados implicam benefícios públicos”, originalmente formulada por John Locke, mas que assumiu cores bem vivas a partir de Adam Smith. Neste caso, os mecanismos de mercado são os instrumentos mais eficazes para transformar a ação individual auto-interessada em bem-estar geral. Faz-se aqui referência à conhecida “Doutrina da mão invisível”. Nesta perspectiva, “A Riqueza das Nações” fechou um ciclo de discussão filosófica que tinha ainda aquela afirmação como uma pergunta: “vícios privados implicam benéficos públicos?” (Bianchi, 1989; Fonseca, 1992; Hirschman, 2002).

O modelo que melhor expressou esta relação entre ação individual e bem-estar geral foi desenvolvido por Leon Walras, conhecido como “Modelo de Equilíbrio Geral” (Walras, 1983). Foi partindo desta base que Schumpeter estabeleceu relação entre inovações e desenvolvimento. Para esse autor, desenvolvimento econômico é o processo pelo qual uma combinação mais eficiente de fatores, que acontece no âmbito privado, se transforma em benefício social. O que possibilita o desenvolvimento econômico é a ação de empresários inovadores, que buscam o lucro através da introdução inovações.

Numa perspectiva diferente, embora mantendo a premissa de que a fonte dos processos de desenvolvimento se encontra na ciência, na tecnologia e na inovação, o trabalho propõe uma reflexão acerca das transformações ocorridas a partir das últimas décadas do século XX e seus reflexos em termos da relação entre novas territorialidades e saberes e tecnologias tradicionais. A diferença de perspectiva consiste, primeiro, em retirar o foco do “agente individual”, pontuando que os processos inovativos são mais sociais e coletivos do que individuais, evidenciando a criatividade social e os quadros institucionais promotores da inovação (Joas, 1996; Lundvall, 1997; Bijker, et al, 1997; Storper, 1994; Dosi, 1988a,b); e, segundo, em desviar a atenção do mercado como principal padrão institucional capaz de coordenar ações pró-desenvolvimento, tomando o cuidado para não ver no mercado tudo que é ruim, em contraposição ao que seria supostamente bom (Reis, 2006:50).

Isto é, o mercado surge como atividade humana e a questão que deve ser enfatizada não é com relação ao mercado, à troca ou ao dinheiro, mas é com relação à centralidade que os mecanismos mercantis exercem na regulação da vida social. Mais ainda, é com relação ao

fato de que a insistência nessa centralidade favorece a um grupo muito pequeno de pessoas – os habitantes do antimercado, nos termos de Braudel (1987), em detrimento da maioria. E as transformações contemporâneas puseram isto em evidência.

Primeiro, elas colocaram em xeque a nossa capacidade de compreender a realidade e os processos em curso, fundada nas teorias fossem elas de cunho liberal ou não (Reis, 2004; 2006). Segundo, elas fizeram ampliar a noção de desenvolvimento predominante, incluindo, além dos objetivos econômicos, outros, relacionados ao meio ambiente, ao respeito à cultura ou aos modos de ser e de fazer, nos termos de Amartya Sen (2000), deslocando a visão do homem racional do Iluminismo em direção ao que é mais humano, ao homem de carne e osso propriamente dito e à qualidade das relações que são mantidas em sociedade e com o meio circundante.

As formas prevaletentes de produzir, consumir e descartar os recursos naturais ficaram, então, bastante comprometidas, ao mesmo tempo em que a crise do capitalismo global, desde o início dos anos 1970, impôs à criatividade social a necessidade de se buscar formas alternativas de reprodução material e social, para além da inserção bem-sucedida em redes de trocas mercantis. Houve então um retorno do olhar às formas ditas tradicionais de produzir e consumir, de se relacionar socialmente e com a natureza. A agroecologia, a medicina popular, a produção para o autoconsumo, a valorização das tradições, do conhecimento tácito e da produção artesanal, a economia solidária, as trocas justas, dentre outras manifestações, ressurgiram como alternativas políticas, sociais e tecnológicas às complexas questões colocadas hoje para o desenvolvimento.

O retorno às tecnologias tradicionais, vale dizer, às formas tradicionais de responder aos problemas objetivos apresentados, exige uma reflexão acerca do contexto em que elas passaram para o rol daquilo que foi descartado no passado em nome do progresso, cujo cerne era partilhado pelas duas grandes formas de interpretar-agir que moldaram a modernidade: a teoria política e econômica liberal e a teoria marxista (Reis, 1994; Fiori, 1999; Heller, 1999). Tal exigência se impõe porque aquele descarte ocorreu em meio ao processo de conformação dos Estados nacionais, associado à elevação de um tipo de conhecimento particular – o conhecimento científico – ao status de único conhecimento válido (Santos, 2000).

O contexto, portanto, foi o da conformação dos Estados nacionais, territorialidade dominante que agora se vê questionada pelo surgimento de novas territorialidades para o pensar-agir em prol do desenvolvimento, justamente pela revolução de valores em curso (Inglehart, 1997); pelo ressurgimento de “novas” identidades (Castels, 1999); pela “sociedade de risco” que se formou (Beck, 1997); pela tendência à “desterritorialização” na conformação da “sociedade pós-tradicional” (Giddens, 1997); e ainda pela intensificação da concorrência no processo de desenvolvimento do capitalismo (Harvey, 1982; Hobsbawn, 1995; Fiori, 1999).

Posto isto, a seguir, analisaremos o surgimento das “novas” territorialidades em meio às “velhas” territorialidades instaladas; o conceito de “trajetórias tecnológicas tradicionais” em meio à discussão sobre trajetórias tecnológicas; as políticas de C&T para o desenvolvimento; e as principais características da proposta de se realizar “Prospecção de

saberes e tecnologias tradicionais”. Na conclusão, aponta-se para o fato de que a prospecção de saberes e tecnologias tradicionais permite criar as bases para a introdução de inovações e evidencia não apenas ícones e formas estéticas importantes para a abertura de novos mercados, mas também saberes cujo conteúdo pode contribuir para o equacionamento e o encaminhamento das complexas questões hoje colocadas para o desenvolvimento.

II – Velhas e Novas Territorialidades

“Novas territorialidades”, segundo o nosso entender, extrapola a circunscrição definida no contexto das “velhas” territorialidades, coincidentes com os Estados Territoriais. Território Nacional, nos tratados de Teoria Geral do Estado,¹ é a base física sobre a qual se aplicam as leis e toda a ordem jurídica de um Estado – Estado Nacional Moderno. O Estado, além do Território, é constituído, também, pela População e pelo Governo. Então, “territórios locais” ou “territórios globais” ou ainda “novas territorialidades” implicam uma espécie de deslocamento ou ampliação dos territórios tradicionais, por assim dizer.

Ao contrário, no entanto, do que se encontra por detrás das teorias contratualistas de Hobbes e Locke, sobre as quais aqueles tratados se assentam, a formação dos Estados Nacionais é invariavelmente marcada pela violência. Novaes (2003) se refere a uma certa visão romântica da formação dos Estados Nacionais que pressupõe o território como espaço homogêneo, o tempo homogêneo na história das nações e uma cultura homogênea na formação das suas populações. Essa visão romântica percebe a violência na origem dos Estados-Nação como uma espécie de erro histórico. Erro ou não, é vasta a literatura que nos permite afirmar que aqueles três tipos de homogeneização não ocorreram por conta da participação livre e soberana das partes envolvidas no estabelecimento dos contratos que, pretensamente, deram origem aos Estados Nacionais.

De acordo com Braudel, das 76 civilizações, “culturas” e povos primitivos existentes por volta de 1500, subsistiram apenas 13 no início do século XVIII, por volta de 1800 (Braudel, 1997:45-46). Dessa forma, falar hoje, procurar reforçar e instituir o princípio da equidade e o respeito à diversidade, às “novas” identidades que se empoderaram com as transformações dos últimos cinquenta anos é, ao mesmo tempo, fazer referência às injustiças cometidas ao longo do processo de expansão do capitalismo no espaço nos últimos seiscentos anos.

O que, entretanto, importa dizer é que a formação de “novas territorialidades” implica revolver os conflitos que foram soterrados com os processos de homogeneização do tempo, do espaço e da cultura, característicos da formação dos Estados Nacionais. Não é à toa que a maior parte da literatura que trata do tema do desenvolvimento local/regional se refere à cultura local como base de apoio para a promoção do desenvolvimento.² E, nesse movimento, os conflitos originais têm condição de se expressar novamente. E eles se manifestam acrescidos dos conflitos atuais. Assim, em grande medida, novas identidades

¹ Ver, por exemplo, Sahid Maluf (1991).

² Ver, por exemplo, Abdelmalki & Courlet (1996).

são velhas identidades ressuscitadas, da mesma forma que novos territórios e velhos territórios. E o desenvolvimento pode, ao mesmo tempo, ser o resultado da reprodução de uma sociedade que reproduz a desigualdade, mas pode também ser o suscitar de novas possibilidades.

III – Trajetórias Tecnológicas Tradicionais

Pelo que está posto acima, a realidade social se nos apresenta a partir das três camadas sociais: a camada da vida material; a camada do mercado; e a camada do antimercado (Braudel, 1987) e outros padrões institucionais (simetria, centralidade e autarquia), além do mercado, contribuem para os processos de produção, distribuição e consumo da riqueza social (Polanyi, 2000), além do descarte dos recursos naturais utilizados. Contudo, superposição da realidade desenhada desta forma às maneiras tradicionais de se compreender, na Ciência Econômica, os processos de desenvolvimento e de mudança tecnológica, não foram capazes ainda de desviar os olhos tanto da camada do mercado, quanto dos mecanismos institucionais a ela relacionados.

Nelson e Winter (2005), por exemplo, propõem “uma teoria evolucionária da mudança econômica”. Partem de uma analogia cuidadosa com as “idéias básicas da biologia”, que se operacionaliza por meio da “idéia de uma ‘seleção natural’ econômica”. Esta seleção é operada pelos “ambientes de mercado”, os quais “oferecem uma definição de sucesso para as firmas, e essa definição está muito próxima à habilidade delas de sobreviver e crescer” (Nelson e Winter, 2005:26).

A expressão “trajetórias tecnológicas” foi utilizada por Dosi (2006), no contexto do que chamou de “paradigmas tecnológicos”. Em analogia ao conceito de “paradigma científico”, de Thomas Khun, desenvolve o conceito de paradigmas tecnológicos: “um ‘modelo’ e um ‘padrão’ de solução de problemas tecnológicos *selecionados*, baseados em princípios *selecionados*, derivados das ciências naturais, e em tecnologias materiais *selecionadas*” (Dosi, 2006:41).

“Uma trajetória tecnológica” consiste numa “atividade ‘normal’ de resolução de problemas determinada por um paradigma”, ou, ainda, “constitui um agrupamento de possíveis direções tecnológicas, cujos limites exteriores se definem pela natureza do próprio paradigma” (Idem, págs. 44, 45 e 46). “Um processo de seleção dos paradigmas tecnológicos”, é operado pelas “forças econômicas”, juntamente com os “fatores institucional e social”. Aqui, o mercado, como mecanismo de seleção, opera senão nos estágios mais avançados da concorrência entre trajetórias tecnológicas distintas, dizendo pouco, entretanto, no que respeita à seleção dos mecanismos de ‘geração de mutações’, como diz o autor (Dosi, 2006:50).

No entanto, Dosi, diante do que considera ser as “duas variáveis de importância predominante: [...] a evolução do ‘sistema tecnológico’ e [...] o sistema das relações sociais *lato sensu*”, adverte para o fato de que irá “discutir apenas a primeira”. (Dosi, 2006:22). O presente trabalho, diferentemente, está propondo uma reflexão acerca do “sistema das relações sociais” que organiza os territórios no contexto das mudanças que vêm ocorrendo

desde a segunda metade do século XX e não a evolução do sistema tecnológico, seja nos termos de Nelson e Winter ou de Dosi.

“Trajetórias tecnológicas tradicionais” dizem acerca de formas de produzir, distribuir e consumir a riqueza social, além do descarte dos recursos naturais, que vêm sendo soterradas com o avanço do capitalismo. Muito da desigualdade regional prevalecente no mundo contemporâneo diz respeito ao contraste existente entre a prevalência daquelas formas, não necessariamente orientadas pelas regras que emanam do Estado territorial e para a participação em redes de trocas mercantis. Exemplos desta natureza podem ser encontrados em todos os continentes. E, dados os objetivos do desenvolvimento relacionados à igualdade em meio à diversidade (Maluf, 2000), ao invés de termos paradigmas tecnológicos que competem entre si, teremos paradigmas tecnológicos que se complementam.

IV – Políticas de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento

No Vale do Jequitinhonha, por exemplo, localizado no Nordeste do Estado de Minas Gerais, Brasil, desde a segunda metade do século XX, não foram poucas as ações desenvolvimentistas ali implementadas. Estas, contudo, não conseguem transformar estruturalmente o quadro geral, impondo uma dinâmica de fluxos sistêmicos virtuosos por sobre aqueles fluxos que reproduzem a pobreza e a miséria no processo de reconstrução social do espaço, acompanhados da degradação ambiental (Burlandy, et al., 2006).

Neste contexto, a maior parte das populações locais, descendentes de negros e indígenas, além de nutrirem uma forte desconfiança pela ação estatal, por conta mesmo da forma como o Estado se impôs, partilham de uma “identidade territorial dominada” (Reis, 2003), tomando em conta o contexto mais geral, não conseguindo transformar sua própria realidade por seus próprios meios. E aqui se impõe a necessidade de prospectar saberes e tecnologias tradicionais, como uma ação em Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento regional.³

Pode-se dizer que, hodiernamente, a expressão “produção artesanal” espelha o resultado de trajetórias tecnológicas tradicionais. Quando se fala de artesanato e produção artesanal, implícita ou explicitamente faz-se referência à arte e à cultura e, portanto, ao território e ao espaço sócio-ambiental construído em meio a relações de poder que interferem decisivamente no meio ambiente e condicionam a reprodução material e social das pessoas e dos grupos.

Existem, contudo, dois processos em curso que se auto-alimentam: a predominância de um fluxo dominante, baseado na concorrência em torno do capital circulante; e a predominância de uma crença que reafirma um futuro melhor do que o presente, desde que as condições institucionais favoreçam o comércio e o empreendedorismo. Esses dois

³ Este é o objetivo do “Projeto Especial” que leva o mesmo nome, em implementação pela Superintendência de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais (SDCT/SECTES-MG), em meio às ações para a implantação de Pólos de Inovação no Norte e Nordeste de Minas Gerais.

processos são implacáveis no que respeita à cultura e à arte popular, incluindo aí o meio ambiente e o espaço construído. Além disto, têm como desdobramento um terceiro fluxo: a tendência ao distanciamento, à homogeneização e à estandardização da produção e do consumo, colocando em xeque a “arte e a técnica do trabalho manual não industrializado, realizado por artesão, e que escapa à produção em série”.⁴

E as políticas em Ciência e Tecnologia têm desconsiderado estes aspectos do sistema das relações sociais, seja pela “abordagem microeconômica adotada pelos neoschumpeterianos”, seja pela “visão sistêmica da inovação que enfatiza a importância da ação coordenada de diferentes atores” (Sbicca e Pelaez, 2006:415). Esta tendência geral pode ser observada, dentre outros, em Dodgson (2005); Lee (2005); Sbicca e Pelaez (2006); e no volume organizado por De Negri e Kubota (2008).

V – Prospecção de Saberes e Tecnologias Tradicionais

A prospecção de saberes e tecnologias tradicionais, com o objetivo de resgatar o universo de contornos que delimitam a identidade cultural de grupos sociais alijados dos processos contemporâneos de desenvolvimento, promove o reconhecimento e assimilação desta identidade, permitindo a apropriação coletiva de tecnologias em meio a processos de dominação nos quais estes grupos ainda permanecem na condição de dominados. Posta a questão desta forma, a referida prospecção se torna um importante componente de políticas em Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento regional.

Isto é, na multiplicidade de fazeres e diversidade de matérias-primas, somados à criatividade e à essência de suas origens, surgem combinações imprevisíveis. Ou em meio aos valores de mercado e padrões contemporâneos e novas necessidades, desenvolve-se uma produção sofisticada que integra novos elementos ao complexo universo da produção artesanal. A consideração de que um simples traço é portador de uma idéia, e que esta idéia *expressada* é consequência de um modo de vida determinado por aspectos culturais, físicos e econômicos, permite o entendimento de que, nos elementos iconográficos e nas formas de expressão cultural, é possível verificar o estado em que se encontra a realidade de um determinado grupo de indivíduos, como também todo o conhecimento e tecnologias tradicionais a serem resgatadas e utilizadas para o desenvolvimento regional.

Assim, o levantamento de elementos da iconografia pode, dentre outras, gerar subsídio e condições para desenvolvimento de ações intersetoriais; dignificar as identidades culturais; resguardar e valorizar o conhecimento e as particularidades da região; potencializar e conferir “melhorismos” ao processo criativo das comunidades; gerar renda e desenvolvimento através de um processo criativo que reforça a cultura local; e possibilitar a incorporação de identidade. Desta forma, a assimilação e reconhecimento da expressão iconográfica local deve se constituir numa importante estratégia para a promoção de processos locais e regionais de desenvolvimento, assentado no resgate e na valorização da dinâmica identidade cultural.

⁴ Definição de “Artesanato”, segundo o Dicionário Houais.

VI – Conclusões

Para suscitar novas possibilidades, então, deve-se levar em consideração o fato de que o processo de constituição dos velhos territórios implicou o descarte de saberes e tecnologias, os quais voltam a se colocar como uma das alternativas para o desenvolvimento na atualidade. A alternativa que temos à violência nos processos de instalação e legitimação dos Estados territoriais é o empoderamento das populações alijadas dos processos que conformam a modernidade, para que as partes do conflito se vejam em condições de igualdade. Apenas nestas condições, como já advertia Adam Smith (1776, apud Arrighi, 1996), é possível pensar em benefícios dos processos de troca e relacioná-los com a melhora coletiva.

Eficiência econômica e especialização produtiva não rimam com diversidade cultural e não apontam para um futuro melhor, caso a busca deste futuro esteja orientada pela *igualdade em meio à diversidade*. As políticas em C&T para o desenvolvimento regional, contudo, vêm insistindo nesta estratégia, privilegiando a dimensão Estado Nacional e não as desigualdades intra-territoriais, aonde são encontradas as camadas sociais de Braudel, como também o padrão institucional do mercado, em detrimento dos demais padrões institucionais, nos termos de Polanyi, que operam por detrás e ao lado das redes de troca mercantis (Reis, 2006).

Neste sentido, a promoção da identidade cultural e territorial, a prospecção de saberes e tecnologias tradicionais permite criar as bases para a introdução de inovações, tanto de processos, quanto de produtos, com impactos culturais, políticos-institucionais e sócio-ambientais, que se adicionam aos econômicos propriamente ditos. Fica, então, em evidência não apenas ícones e formas estéticas importantes para a abertura de novos mercados, mas também saberes cujo conteúdo pode contribuir para o equacionamento e o encaminhamento das complexas questões hoje colocadas para o desenvolvimento.

VII – Referências Bibliográficas

- ABDELMALKI, L. & COURLET, C. (Org.) (1996): Les nouvelles logiques du développement: globalisation versus localisation. Paris, Éditions L'Harmattan.
- ARRIGHI, G. (1996): O longo Século XX. São Paulo, Unesp.
- BECK, U. (1997): A Sociedade de Risco. In. BECK, U; GIDDENS, A.; LASCH, S.: Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. S.P., Unesp.
- BIANCHI, Ana M. (1989): A pré história da economia: de Maquiavel a Adam Smith. São Paulo, Hucitec.
- BIJKER, W. et al (1997): The Social Construction of Technological Systems pp 17-51
- BRAUDEL, F. (1987): A Dinâmica do Capitalismo. S.P., Ed. Rocco.
- BRAUDEL, F. (1997): Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV- XVIII – Volume I: As Estruturas do Cotidiano: o possível e o impossível. São Paulo, Martins Fontes.

- BURLANDY, L. [et al] (2006): Promoção e construção de sistemas locais de segurança alimentar e nutricional: aspectos produtivo, de consumo, nutricionais e de políticas públicas. Relatório Final de Pesquisa Projeto CNPq 503.656/2003-8. Disponível em <http://www.ufrj.br/cpda/ceresan/documentos.php>
- CASTELLS, M. (2000): A Sociedade em Rede: o poder da identidade. S. P., Paz e Terra.
- CHESNAIZ, François & SAUVIAT, Catherine (2006): O financiamento da inovação tecnológica no contexto atual da acumulação financeira. In PELAEZ, V. & SZMRECSÁNYI, Tamás: Economia da Inovação Tecnológica. São Paulo, Ed. Hucitec, 2006.
- DE NEGRI, João Alberto & KUBOTA, Luis Cláudio (Orgs.): Políticas de incentivo à inovação tecnológica no Brasil. Brasília, IPEA, 2008.
- DODGSON, Mark (2005): As políticas para ciência tecnologia e inovação nas economias asiáticas de industrialização recente. In KIM, Linsu & NELKSON, Richard R.: Tecnologia, aprendizado e inovação: a experiência das economias de industrialização recente. Campinas, S.P., Editora da Unicamp, 2005.
- DOSI, G. (1988): The Nature of the innovative process. In DOSI, G; FREEMAN, C.; NELSON, R.; SILVERBERG, G.; & SOETE, Luc: Thechnical Change and Economic Theory. London, Pinter Publishers.
- DOSI, Giovanni (2006): Mudança técnica e transformação industrial: a teoria e uma aplicação à indústria dos semicondutores. Campinas, São Paulo, Editora UNICAMP, 2006.
- FIORI, J. L (1999b): Introdução: De volta à questão da riqueza de algumas nações. In.: FIORI, J. L. (Org.). Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. Petrópolis, Vozes, 1999.
- FIORI, J. L (1999a): Estados, Moedas e Desenvolvimento. In.: FIORI, J. L. (Org.). Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. Petrópolis, Vozes, 1999.
- FIORI, J. L (1999b): Introdução: De volta à questão da riqueza de algumas nações. In.: FIORI, J. L. (Org.). Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. Petrópolis, Vozes, 1999.
- FONSECA, Eduardo Gianetti da (1992): Vícios privados, benefícios públicos? A ética na riqueza das nações. São Paulo, Cia, das Letras.
- GIDDENS, A.: A Vida em uma Sociedade Pós-tradicional. In. Beck, U; Giddens, A.; Lasch, S.: Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. S.P., Unesp, 1997.
- HARVEY, David: A Sociedade Pós-moderna. S. P., Ed. Loyola, 1992.
- Heller, Agnes (1999): Uma crise global da civilização: os desafios futuros. In Heller, Agnes [et al]: A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Contraponto.
- HIRSCHMAN, Albert O . (2002): As paixões e os interesses. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- HOBSBAWN, E. (1995): A Era dos Extremos: o breve século XX/ 1914-1991. S.P., Cia das Letras,.
- INGLEHART, Ronald (1997): Modernization and Postmodernization: cultural, economic and political change in 43 societies. Princeton, Princeton University Press, 1997.
- JOAS, H. (1996): The Creativity of Action. Chicago, The University Chicago Press.

- LEE, Won-Young (2005): O papel da política científica e tecnológica no desenvolvimento industrial da Coreia do Sul. In KIM, Linsu & NELKSON, Richard R.: Tecnologia, aprendizado e inovação: a experiência das economias de industrialização recente. Campinas, S.P., Editora da Unicamp, 2005.
- LUNDVALL, Bengt-Ake (1997): The Globalising Learning Economy: implications for innovation policy. Report based contributions from seven projects under the TSER programme. DG XII, Commission of the European Union.
- LUNDVALL, Bengt-Ake (1997): The Globalising Learning Economy: implications for innovation policy. Report based contributions from seven projects under the TSER programme. DG XII, Commission of the European Union.
- MALUF, Renato S. J. (2000): Atribuindo Sentido(s) à Noção de Desenvolvimento Econômico. In Estudos: Sociedade e Agricultura. R.J., UFRRJ/CPDA, número 15, outubro de 2000.
- MALUF, Renato S. J. (2001a): Planejamento, desenvolvimento e agricultura na América Latina: um roteiro de temas. Debates CPDA N. 3/Novembro de 1997 (Segunda reimpressão).
- MALUF, Renato S. J. (2004): Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. In Ensaios FEE Porto Alegre v. 25 n. 1.
- MALUF, Renato S. J. (2001b): Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: perspectivas de inserção, obstáculos e instrumentos de política. Documento preparado para o projeto “Futuro da Pequena Produção do Brasil” (SEBRAE/PNUD), coordenado pelo Prof. Ignacy Sachs. Versão Preliminar.. R. de Janeiro, setembro de 2001. Mimeo.
- MALUF, Sahid (1991): A Teoria Geral do Estado. São Paulo, Ed. Saraiva.
- NELSON, Richard R. & WINTER, Sidney G. (2005): Uma teoria evolucionária da mudança econômica. Campinas, São Paulo, Editora Unicamp.
- NOVAES, Adauto (2003): Invenção e crise do Estado-nação. In NOVAES, Adauto (Org.): A Crise do Estado-Nação. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- POLANYI, K. (2000): A Grande Transformação. RJ, Campus.
- REIS, Márcio Carneiro (1994): Crise e Desenvolvimento numa Perspectiva Teórica, Histórica e Política, com Ênfase no Caso Brasileiro. Departamento de Ciências Econômicas – Faculdades Integradas Newton Paiva: *Revista Vanguarda Econômica* - Número 2 - Setembro de 1994.
- REIS, Márcio Carneiro (2003): Desenvolvimento Local e Identidade Territorial. Anais do IX Colóquio Internacional sobre Poder Local. Salvador, 15 - 18 de junho de 2003.
- REIS, Márcio Carneiro dos (2004): Do Espaço do Sujeito ao Espaço Mundial: uma nova maneira de apreender a realidade. In Revista Sociedade e Estado. Brasília, V. 17, n. 2, p. 397-428, jul-dez. 2002.
- REIS, Márcio Carneiro (2006): Desenvolvimento local e espaços sociais ampliados. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ.
- SANTOS, Boaventura de Souza. (2000): Crítica à Razão Indolente: contra o desperdício da experiência. SP Cortez.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1982): A Teoria do Desenvolvimento Econômico. S.P., Abril Cultural.

- SEN, Amartya (2000): *Desenvolvimento como Liberdade*. S. P., Cia. Das Letras.
- STORPER, M. (1994): *The Regional World*, cap 5 “Innovation as Collective Action”, Guildford,
- WALRAS, Leon (1983): *Compêndio dos elementos de economia política pura*. São Paulo, Abril Cultural.